



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
GRADUANDA EM HUMANIDADES**

MARIA EVELINE SILVA ARAÚJO

**ENTRE TRAUMAS E MEMÓRIAS: NARRATIVAS SOBRE ESTUPRO E CORPOS
AFETADOS PELA “INTEGRAÇÃO” NA UNILAB (2017-2019)**

Redenção - CE
2020

MARIA EVELINE SILVA ARAÚJO

**ENTRE TRAUMAS E MEMÓRIAS: NARRATIVAS SOBRE ESTUPRO E CORPOS
AFETADOS PELA “INTEGRAÇÃO” NA UNILAB (2017-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Segone Ndangalila Cossa.

**Entre Traumas e Memórias: Narrativas sobre Estupros e Corpos Afetadas pela
“Integração” na UNILAB (2017-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Maria Eveline Silva Araújo

Data de aprovação

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Segone Ndangalila Cossa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Carlos Subuhana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Mestra e doutoranda em Antropologia social .Helena Santos Assunção

Universidade Federal Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a Deus, minha família e todos que contribuíram para a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida, por ter me dado saúde e força de vontade ao longo desses dois anos do Bacharelado em Humanidades (BH). Em segundo lugar, agradeço imensamente a minha família, pois sem eles não teria a menor capacidade de chegar até aqui; é por eles que ultrapassei cada etapa difícil, cada vontade de desistir; diante disso, em especial agradeço minhas quatro irmãs por serem minhas inspirações de vida, meu pai por todo sacrifício e minha mãe por todo amor e conselhos ao longo da minha trajetória de vida e acadêmica.

É com enorme satisfação que agradeço a instituição UNILAB, no seu corpo administrativo e servidores públicos, sem deixar de ressaltar a enorme contribuição dos docentes que fizeram parte durante a minha formação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, por terem contribuído no desenvolvimento do meu senso crítico sobre a realidade social e político num contexto no qual estou inserido. Ressalto a satisfação de ter realizado esse trabalho final juntamente com meu orientador e professor, o Dr. Segone Cossa, pelas suas orientações e contribuições acadêmicas para que a realização final deste trabalho fosse Realizada.

Sem mais, quero deixar meus agradecimentos a todos os meus amigos de diferentes nacionalidades, privilegiando a integração, que fizeram parte dessa minha jornada acadêmica. Contudo, deixo aqui um especial agradecimento para todos aqueles amigos que foram meu suporte pessoal e acadêmico: Daniel Vigário, por ter estado comigo da primeira até a última disciplina do BHU, compartilhando juntos as vivências e desafios que o curso ofereceu; a minha querida amiga Isabel Vitória e o meu amigo moçambicano Baltazar Zero, por ter sido um grande suporte acadêmico na realização, estruturação deste trabalho, nos conselhos concedidos e aprendizagem que aqui foi compartilhado.

Nessas breves palavras deixo nos agradecimentos uma tatuagem acadêmica de reconhecimento a todos que me ajudaram a enfrentar os desafios da academia, me fazendo entender que crescemos melhor quando juntos compartilhamos vivências e aprendizados.

EPÍGRAFE

“Se quer viver uma vida feliz, amarre-se a uma meta, não às pessoas nem às coisas. Albert Einstein STRAUS, E., Einstein: A Centenary Volume, A.P. French, 1980.”.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO	11
2.1 Geral	11
2.2 Específicos	11
3 JUSTIFICATIVA	11
4 PROBLEMÁTICA	14
5 REFERENCIAL	14
5.1 A gênese do conceito estupro e a judicialização do problema social.....	15
5.2 Corpos envolvidos: a estuprada e o estuprador, o corpo negro no imaginário do Maciço	19
5.3 Interculturalidade no contexto da UNILAB	24
6 METODOLOGIA	25
6.1 Métodos qualitativo	25
6.2 Pesquisa de terreno	26
6.3 Entrevista	26
6.4 História de vida	26
6.5 Estudo de caso	27
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	28

1 INTRODUÇÃO

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada em dois pequenos municípios do interior do Ceará (Redenção e Acarape - cerca de 62 km da capital cearense de Fortaleza), foi criada pela Lei Federal nº12.289/2010 de 20 de julho de 2010. As atividades letivas tiveram início em 25 de maio de 2011, data que também comemorativa do aniversário de África. Tendo em suas diretrizes a missão descrita no seu estatuto, no Capítulo II, Art. 3º, a produção e disseminação do saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ¹, por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento filosófico, científico, cultural e técnico, compromissada com a superação das desigualdades sociais.

A UNILAB se propõe ser uma universidade diferente das demais instituições públicas de educação superior brasileira. Esta surge com uma missão institucional de integração internacional na perspectiva da cooperação Sul-Sul. Tornando esse, talvez, o seu maior diferencial. A lei de criação da UNILAB, em seu artigo 2º, lhe atribui a missão institucional específica de formar profissionais para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP.

Fiquei sabendo da existência da UNILAB em 2016, com a vinda de colegas da minha cidade de Canindé (situada no sertão central do estado cearense) para a universidade. Meus conterrâneos falavam da presença de estudantes internacionais, oriundos de África Lusófona e de Timor-Leste, que faziam parte de uma cooperação entre os países falantes da língua portuguesa. Suas histórias de convívio entre brasileiros e estudantes internacionais despertaram interesse em mim, queria muito conhecer África contada pelos próprios/as africanos/as, conhecer suas histórias de vida e de seus em solos pátrios. Foi somente com a minha entrada na universidade, em agosto de 2017, que obtive contato direto com esses corpos e vidas do outro lado do Atlântico. O Brasil que conheço só existe pela imposição da modernidade perversa em África, pela construção dos aparelhos administrativos coloniais, pelo vai e vem de navios negreiros e pelo sofrimento e vidas ceifadas em fazendas coloniais e em construções de estradas e pontes brasileiras. Referindo-se a nossa ancestralidade africana, Inquérito, um músico brasileiro menciona em um dos seus versos, da famosa canção “eu só

¹ Nomeadamente: Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique e Timor Leste. Além desses países provenientes do continente africano, o projeto conta também um país do continente asiático, o Timor Leste.

peço a Deus” escreveu a seguinte passagem: “quem não tem sangue de preto na veia, deve ter na mão”. O mesmo nos diz o poema intitulado “oferenda”, de Oswald de Camargo:

Que farei do meu reino: um terreno no peito
onde pensei pôr minh’África, o
a dos meus avós, a do meu povo de lá e que me deixam
tão sozinho?

Como sonhei falar minha mamãe África,
oferecer-lhe, em meu peito, nesta noite turva,
os meus pertences de vento, sombra e lembrança,
o meu nascimento, a minha
história e o meu tropeço
que ela não sabe, nem viu e eu sendo filho dela!
— Oh, mamãe, as minhas fraldas estão sujas de brancor
e ele cheira tanto! ²

Portanto, o continente africano sempre se fez presente no meu imaginário como a terra distante dos ancestrais que não me viu e nem viu os meus pais nascer, sendo que somos parte orgânica desse rio que não sabe a extensão real de suas águas. Entrei e cheguei a UNILAB com muitas expectativas. Confesso que as expectativas foram frustradas pelos relatos de violência sexual e estupros, envolvendo estudantes internacionais e mulheres nacionais (quase sempre brancas, com exceção de um caso que envolveu estudantes africanos, uma estudante e um estudante oriundos de Guiné-Bissau). Vi-me mergulhada em um universo apartado pelas intrigas, fofocas e acusações de estupros entre estudantes nacionais e internacionais (fora outras divisões motivadas por questões políticas, de gênero, raciais e de cunho outro). Não quero desaprovar ou julgar as palavras dos atores envolvidos nas acusações e casos de violação sexual e estupro, pretendo apenas trazer questões que possam contribuir para uma análise crítica da proposta da integração internacional de uma comunidade única falante da língua portuguesa, em solo brasileiro, reunida em torno do capital epistêmico e do científico.

A partir disso, indagamos se realmente existe uma integração na UNILAB, levando

² Retirei apenas trechos do poema mencionado, é apenas para mencionar o contributo importante do continente africano para a cultura brasileira.

em consideração que o estupro, no contexto da UNILAB, é um fato social total³. Tal fato social total mobiliza afetos, empatia, conflitos, jogos de poder e defesa de pautas e interesses que tendem a separar estudantes internacionais dos/as estudantes nacionais, com efeito, formando micro comunidades dentro de uma suposta unidade maior, a UNILAB.

Neste sentido, o presente projeto de pesquisa, pretende compreender a partir de uma abordagem interdisciplinar, em humanidades, como os traumas e as memórias dos estupros afetam vidas e corpos dos/as estudantes da UNILAB envolvidos/as (in) voluntariamente no processo de integração internacional da mesma universidade. Não tendo formação em psicologia, resolvemos trabalhar com narrativas sobre os “casos” de estupro e de violência sexual envolvendo estudantes do sexo feminino nacional e estudantes do sexo masculino internacionais. A importância de se trabalhar com narrativas é apontada por Adorno na obra *Posição do narrador no romance contemporâneo* (2003), onde o autor traz a questão da narrativa trabalhada na subjetividade, diferenciando-se da narrativa antiga objetiva. Para Adorno (2003), o que se integra na narrativa contemporânea é identidade da experiência, a vida articulada em si mesma e contínua, que só a postura do narrador permite. Basta perceber o quanto é impossível, para alguém que tenha participado da guerra ou de algo traumático narrar essa experiência como antes uma pessoa costumava contar suas aventuras. Destarte, por não querer reavivar memórias de sofrimento e eventos traumáticos causados por violência sexual ou estupros, optamos por trabalhar com a construção social da categoria estupro e da “vítima”, dentro do contexto da UNILAB.

A pesquisa irá ter como base as narrativas e memórias de casos de estupro na UNILAB, tendo como horizonte temporal os anos de 2017 e 2018, anos onde se discutiu muito a questão do estupro na UNILAB. Conceitos e categorias que aludem processos de integração, interculturalismo e assimilação serão acionados frequentemente para explicar, complexificar ou provocar indagações sobre o projeto integracionista unilabiano e seus desdobramentos práticos e afetivos nos corpos que o mesmo envolve. Outrossim, para dar conta das questões de gênero que envolvem as interações e convívio entre os estudantes internacionais.

2 OBJETIVOS

³ Fato social total de acordo com M. Mauss, é uma atividade que tem implicações em toda a sociedade, nas esferas econômicas, jurídicas, políticas e religiosas".diversas esferas da vida social e psicológica são tecidas junto com o que ele veio chamar de fatos sociais totais. Um fato social total informa e organiza as instituições e práticas aparentemente bastante distintas.

2.1 Geral:

- O objetivo geral desse projeto de pesquisa é compreender até que ponto as narrativas sobre violência sexual e estupro envolvendo estudante da UNILAB permite assumir como real e efetiva a integração dos diversos países parceiros da UNILAB em uma comunidade única falante de língua portuguesa em solo brasileiro.

2.2 Específicos

- Discutir de forma crítica a “integração” na UNILAB a partir de interação afetiva/empática entre corpos masculinos africanos e os de mulheres brasileiras.

- Analisar como narrativas e memórias dos sofrimentos se transfigura em um valor institucional e social capaz de mobilizar a comunidade para afirmar ou deslegitimar o processo de integração.

- Refletir acerca do silenciamento dos órgãos da instituição perante os “casos” de estupro envolvendo os discentes da universidade.

3 JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa surgiu para compreender criticamente a proposta da integração internacional da CPLP, em solo brasileiro, com a edificação da UNILAB, costurada em torno do capital epistêmico e do científico. Destarte, tal compreensão está atrelada a forma como tantos os brasileiros, assim como os africanos, entendem a integração internacional. Acharmos que os casos ou acusações de estupro permite vislumbrar as percepções e a predisposição que ambas as comunidades (a nacional e a internacional) demonstram ter sobre o projeto de integração internacional da UNILAB.

Uma questão urge fazer: até que ponto o “estupro”, enquanto fato social total pode interferir na efetiva integração entre nacionais e internacionais na UNILAB?

Outra questão importante que norteia o nosso projeto de pesquisa é a necessidade de compreender quais políticas públicas a universidade vem implementando para lidar com os “casos” de “estupro” e “assédio sexual” envolvendo discentes da universidade.

O estupro é uma questão enfrentada em quase todas as universidades do Brasil. De acordo com uma peça jornalística do Diário de Pernambuco, publicado em 20 de março de 2019, intitulado *Universidades brasileiras não estão preparadas para lidar com violência sexual*, citando uma pesquisa feita por PasóEnLAU entre os anos de 2017 a 2019, concluiu que “[...] de 6 instituições pesquisadas no Brasil apenas uma possui um protocolo para prevenir casos e orientar vítimas, sendo assim esse problema torna-se tema urgente de discussões dentro das universidades brasileiras”.

De acordo com um levantamento inédito feito pelo Intercept indica que, desde 2008, pelo menos 556 mulheres, entre estudantes, professoras e funcionárias, foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior. O estudo aponta que dentre os casos, há assédio sexual, agressão física e/ou psicológica e estupro – a maioria dentro das instalações universitárias e praticada principalmente por alunos e professores.

Segundo os dados analisados, identificaram-se ocorrências em 122 instituições em que 34 foram particulares e 88 públicas; onde 60% dos casos os agressores eram alunos; em 45%, docentes – os demais ou não foram identificados, ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas. De acordo com o artigo jornalístico publicado no blog The Intercept, em 10 de Dezembro de 2019, as diferentes denúncias, detalhes sórdidos variam de norte ao sul: três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins; um aluno abusou de uma estudante de 17 anos durante aula no Centro Universitário São Lucas de Rondônia, em Porto Velho; um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão; um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador; um técnico agarrou à força 10 alunas no laboratório de fotografia da Universidade de Brasília; um aluno estuprou outra estudante durante a festa dos calouros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; um professor de história foi acusado de aterrorizar e assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina.

Em decorrência da minha ativa participação na universidade desde agosto de 2017, em que tive a oportunidade de uma interação intercultural com brasileiros e africanos presentes na instituição UNILAB. Surge o interesse de querer trabalhar com a temática que é pouca discutida e silenciada dentro da universidade. Em vista que o assunto me interessa por ser mulher, brasileira, com ancestralidade africana, ex-participante do Núcleo de Mulheres do Centro Acadêmico de Humanidades (na qual fiz parte durante um ano), além de ter vivências

diárias tanto com brasileiros e do mesmo modo com estudantes internacionais, em que possibilita-me estar em discussões e com diferentes opiniões e perspectivas acerca do tema.

Entre as vivências dentro e fora da UNILAB tive relacionamentos afetivos e amorosos com estudantes africanos, que me fizeram desconstruir o que por tanto tempo me fora contado, a partir de imaginário branco colonialista que colaboram para uma construção social e reprodução do preconceito e discriminação racial (CARDOSO, 2010), onde tem-se uma visão de que todo africano é machista e assediador. É um engodo pensar que os africanos são por natureza estupradores. Dados estatísticos apontam que em território brasileiro, somente em 2017, houve cerca de 60 mil casos de estupro no Brasil, sendo 164 por dia ou 1 a cada 10 minutos. Em vista disso, nos questionamos sobre o destaque apenas no corpo negro nas acusações de estupro na UNILAB. Por que na UNILAB só homem negro, africano, é visto como um potencial estuprador e assediador?

Esses questionamentos impulsionaram a nossa pesquisa sobre a temática em questão. Como corpo integrante desta instituição, em que tive a chance de fazer parte de diferentes agrupamentos sociais dentro do espaço UNILAB e fora da instituição, ouvindo relatos, fofocas e debates acerca do assunto citado, assumo como moralmente inaceitável permitir que estereótipos coloniais e racistas continuem sendo reproduzidos sobre os corpos negros africanos. Com efeito, é com enorme desafio que encaro o projeto de pesquisa em questão.

Ao nível acadêmico espera-se que o trabalho seja uma ferramenta para o debate acerca da temática, proporcionando discussões e reflexões sobre o assunto em que a UNILAB vem vivenciando nos últimos anos, trazendo à tona questão da integração internacional na instituição refletida nos debates e embate em torno dos diversos “casos” de “estupro” e “assédio sexual” que envolve os discentes internacionais e as discentes nacionais.

Para Winzer (2016), conduzir pesquisas, implementar programas educacionais, promover comportamentos pró-sociais e recomendar políticas públicas são maneiras de prevenir a ocorrência ou recorrência do problema. Para autora acima citada, afirma que, sob o ponto de vista da saúde pública, é imprescindível que governos, universidades, pesquisadores e a sociedade reconheçam, pela magnitude do problema, que se trata de uma questão grave, e que sejam capazes de identificar e intervir em variáveis preditoras e nas potenciais consequências físicas e psicossociais, tanto para vítimas como para perpetradores.

4 PROBLEMÁTICA

Estudos sobre estupro no Brasil são recentes, segundo Ferreira (2017), nunca houve pesquisas domiciliares nacionais a respeito, e o único survey regional, com padrão de qualidade metodológica internacional, é a PCSVDFMulher, produzido pela Universidade Federal do Ceará em parceria com o Instituto Maria da Penha. Um trabalho feito com uma abrangência nacional foi feita por Cerqueira e Coelho (2014), em que fizeram o primeiro trabalho acerca da incidência do estupro no plano nacional, tomando como referência o ano de 2011, a pesquisa transformou-se em artigo e foi publicado em 2017.

A UNILAB vivência nos poucos anos de sua fundação, diversas especulações de “casos” ligados à violência sexual ou ao estupro, “casos” estes que podem comprometer ou comprometem a integração entre estudantes nacionais e estrangeiros. Sendo assim, o estudo buscará responder as seguintes questões: - Quais fatores têm sido desencadeadores destes casos que afetam o Brasil, em particular no contexto da UNILAB? - Que possíveis impactos sociais e políticos este problema pode causar?

Para Davis (2016), dada à complexidade do contexto social em que o estupro acontece hoje, qualquer tentativa de tratá-lo como um fenômeno isolado está fadado ao fracasso. Uma estratégia eficaz contra o estupro deve ter como objetivo mais do que a erradicação do estupro – ou mesmo do sexismo por si só. A luta contra o racismo deve ser um tema contínuo do movimento antiestupro, que deve defender não apenas as mulheres de minorias étnicas, mas também as muitas vítimas da manipulação racista das acusações de estupro.

Em termos de delimitação espacial, esta pesquisa pretende abranger as cidades de Redenção e Acarape onde os Campi estão inseridos, sendo inicialmente feita dentro da instituição UNILAB. Considera-se necessária essa discussão não só dentro da universidade, mas também com a comunidade ao redor da divulgada instituição acadêmica.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de fundamentar teoricamente a nossa temática, procuramos trazer discussões de alguns autores de modo a dar maior credibilidade aos temas que serão abordados. Visualizando o estupro como um problema social. Falaremos da gênese do conceito estupro; a judicialização do problema social - o estupro como categoria jurídica. Diante disso, buscaremos trazer autores que trazem discussões pertinentes acerca dos corpos envolvidos (estudantes internacionais e mulheres brasileiras) nesses supostos casos de estupro

na instituição, analisando a partir de um contexto histórico o imaginário do corpo negro construído socialmente no Brasil; o que nos permitirá uma reflexão desses “casos” e o questionamento da existência de uma interculturalidade na instituição UNILAB.

Um problema social não é “apenas” o resultado de uma disfunção qualquer ocorrida no interior de uma sociedade. Anghinetti (2016), ao contrário, pressupõe um verdadeiro trabalho social que precisa inicialmente dar visibilidade a uma situação particular (o que é realizado por ações de grupos interessados em mudar a percepção do mundo social ou também por iniciativa de atores do campo político que encontram uma causa de interesse geral a ser defendida) e, posteriormente, legitimar esse determinado aspecto que já foi reconhecido publicamente como “problema”.

A autora também ressalta que a construção de um problema social como o objeto do estudo é essencial para garantir uma isenção salutar por parte do investigador. Para a autora esse processo é possível por meio da desconstrução das noções e conceitos previamente assimilados e compartilhados com a coletividade. Onde a mesma afirma que o estupro foi considerado problema social a partir de um processo de construção coletiva que envolveu a ação de grupos ativistas, movimentos sociais e participação política.

5.1 A gênese do conceito estupro e a judicialização do problema social

Vilhena e Zamora (2004) afirmam que do código judaico do Velho Testamento até o feudalismo, o estupro foi tratado, sobretudo, como um crime contra a propriedade – roubar ou raptar uma mulher de seus proprietários de direito, normalmente pai ou marido, destruiria o seu valor de propriedade, sobretudo no caso de virgens. As autoras relacionam a questão do estupro no Brasil, onde chamava-se romanticamente de “miscigenação” e de “mestiçagem” ao estupro sistemático de mulheres e meninas índias, negras e mestiças, iniciado a partir da chegada do invasor português e perpetuado por séculos de escravidão.

Deste modo, Engel (2017) no artigo *Atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil*, na qual afirma que a primeira lei a tipificar o estupro foi o Código Penal do Império, que vigorou entre 1831 e 1891; onde o estupro era julgado a partir da “honestidade da mulher violada”, havendo uma relativização do crime quando a mulher era prostituta, e se dava o perdão ao violador caso ele se casasse com a vítima. O Código Penal da República, que vigorou até 1940, cunhou a diferença entre crime de estupro e atentado violento ao pudor.

Engel (2017) informa que o estupro ocorreria quando houvesse conjunção carnal, compreendida como a penetração do pênis de um homem na vagina de uma mulher ou

menina. Ou seja, não existiria possibilidade de homens serem estuprados, e práticas sexuais sem penetração vaginal não eram tidas como estupro.

Quando tratamos das mudanças no código penal brasileiro sobre estupro, nota-se um grande atraso em relação a outros países desenvolvidos. Anghinetti (2016) afirma que o código penal de 1810 na França, introduziu duas novidades: em que distingue pela primeira vez atentado ao pudor e estupro, bem como condena a ofensa ao pudor independentemente do sexo, isto é, tanto homens quanto mulheres estariam sujeitas a esse tipo específico de violência.

De acordo com Engel (2017), o Brasil só veio a implementar a Lei 12.015, em 7 de agosto de 2009, que reconfigurou o entendimento do estupro. Onde nela, compreendeu-se que o crime é praticado contra a pessoa e não contra os costumes e eliminou-se a ideia de atentado violento ao pudor. Toda a interação forçada (que se dê por meio de violência ou grave ameaça) em termos de sexo foi categorizada como estupro, não havendo gradações de penas quanto aos chamados “atos libidinosos”, que substituíram o atentado violento ao pudor.

As discussões sobre essa temática começa a ser discutido no Brasil de forma tardia. Anghinetti (2016) aponta que no Brasil, o estupro começou a ser discutido como um problema público somente no final da década de 70, em meio à onda dos crimes passionais que assolaram o país e que eram justificados com o argumento de legítima defesa da honra. Problemas que até então eram considerados particulares, como a violência que as mulheres sofrem dentro e fora de casa (estupros, maus-tratos, incestos, perseguições, etc.).

Segundo a supracitada, considera que o estupro é ato de sexo, tanto quanto ato de posse, exercício direto de uma ascendência, marca de um poder os efeitos da violência tendem a ser mascarados nesse jogo de território. A dor da vítima é apenas um imprevisto secundário e não um fato levado em conta.

Para Facuri, Fernandes, Oliveira e Azevedo (2013), em seu artigo traz a definição de estupro segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) como todo o ato sexual ou tentativa para obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção. No Brasil, é definido juridicamente de acordo com o Código Penal Brasileiro em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009), onde estupro é: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Para as autoras Vilhena e Zamora (2004), consideram que o estupro não é, então, a doença dos pervertidos, mas a doença do patriarcado; por isso não pode ser compreendido em termos apenas individuais, mas sim em relação a valores masculinos de ampla escala mais

uma expressão de misoginia do desejo sexual exacerbado. Contudo, para as autoras a afirmação simplista acerca da inerente intenção genocida do patriarcado substitui pela retórica o trabalho sério de entender como as sociedades hierárquicas e divididas sexualmente funcionam de fato. Com isso, segundo as autoras supracitadas, reduzir o patriarcado ao estupro, em realidade, leva-nos a subestimar a sua verdadeira elasticidade e potência.

Na mesma ordem de pensamento, buscaremos abordar a temática do estupro em universidades a partir do artigo *agressão sexual entre jovens universitários: questão de saúde pública?* Onde Winzer (2016) aponta que há muito tempo a agressão sexual em jovens universitários tem sido negligenciada, provavelmente por se tratar de um grupo social privilegiado. Ela aponta que pesquisas sobre violência sexual no Brasil são em grande parte baseadas em amostras clínicas do Sistema Único de Saúde (SUS) ou em amostras da comunidade com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Para Winzer (2016) ainda não há estudos disponíveis no Brasil sobre o problema em outros estados, além de São Paulo. Mas como os fatores de risco são comuns aos universitários de forma geral, há motivos para se crer que o problema atinja milhares de jovens em todo o país, a autora explica que ao atribuir a responsabilidade da questão apenas às instituições de ensino, o Ministério Público exime o governo do seu dever.

A autora no mesmo artigo acima citado traz dados estatísticos onde ela analisa diferentes bases de dados de estudos feitos por Scielo, PubMed, Scopus, PsycINFO e Web of Knowledge em que revela que pelo menos cinco estudos têm abordado a ocorrência de agressão sexual exclusivamente em estudantes universitários no país (CHAN *et al.*, 2008; D'ABREU; KRAHÉ; BAZON, 2013; FLAKE *et al.*, 2013; HINES, 2007; ZOTARELI *et al.*, 2012). Ela aponta ainda um estudo realizado com alunos do primeiro semestre que 29% das moças e 27% dos rapazes já haviam sido vítimas de alguma forma de agressão sexual desde os 14 anos (a idade de consentimento no Brasil). Segundo esses dados entre as vítimas, a grande maioria dos homens (83%) e mulheres (93%) revelou que a agressão foi perpetrada por alguém conhecido, incluindo parceiro fixo ou casual.

Entretanto, as pesquisas trazidas nesses estudos mostram que apesar da variação da incidência do problema devido à diferença nos instrumentos usados, idade da amostra e local onde a pesquisa foi realizada, os resultados parecem confirmar que estudantes universitários estão em risco para agressão sexual. Winzer (2016, *Apud* CAETANO *et al.*, 2010; MALAMUTH *et al.*, 1991) diz que a vida universitária é caracterizada por maior autonomia e maior experimentação sexual, o que pode aumentar significativamente a probabilidade de ocorrência de agressão sexual.

Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que os índices de estupro em nível nacional brasileiro têm aumentado de forma alarmante nos últimos anos. Segundo dados publicados em 10 de setembro de 2019 pelo Jornal Folha de São Paulo, onde este afirma que o Brasil contabilizou mais de 66 mil casos de violência sexual em 2018, o que corresponde a mais de 180 estupros por dia; é o número mais alto desde 2009. Os dados fazem parte do 13º Anuário de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Trazendo para o contexto onde a instituição de ensino superior que aqui será analisada, é pertinente trazer também dados do estado onde a mesma está localizada. Onde com base nos números de 2017 e 2018 divulgados pelo Jornal O Povo, nesses dois anos foram 2.029 denúncias que tiveram como vítimas crianças e adolescentes do sexo feminino. Os dados são da Assessoria de Análise Estatística e Criminal (AAESC), da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). De todas as denúncias de vítimas do sexo feminino somavam 3.048 denúncias, 83% de todos os registros.

5.2 Corpos envolvidos: a estuproada e o estuproador, o corpo negro no imaginário social do maciço.

Ao tratar da questão do homem negro no Brasil é necessário fazer um recorte histórico. Munanga (2015), no seu artigo intitulado *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?*, vem trazendo o importante debate reflexivo acerca das raízes africanas no Brasil que oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades étnicas e culturais. Povos indígenas, primeiros habitantes da terra que se tornou Brasil; aventureiros e colonizadores portugueses; africanos deportados e aqui escravizados; imigrantes europeus de diversas origens étnicas e culturais e imigrantes asiáticos, todos formam as raízes culturais do Brasil de hoje. Para o autor citado acima, a história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. Para Bhabha (1998, *Apud FANON*,) esse comportamento do colonizador trai uma determinação de objetificar, confinar, prender, endurecer a imagem do negro na sociedade, trazendo expressões como "Eu as conheço", "e assim que eles são", mostram essa objetificação máxima atingida com sucesso. Seguindo nessa mesma ordem de pensamento Vainer

Schucman (2014) ressalta que o fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. Para ela o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Com isso buscaremos entender que esse imaginário do corpo negro no contexto do Maciço de Baturité é uma visão construída ao longo da história do Brasil.

A partir desse imaginário negro as formulações de Homi Bhabha em seu livro *O local da Cultura* (1998) traz ótimas contribuições sobre as características do estereótipo como a ambivalência, o essencialismo sincrônico e o fetiche, além de compreender o estereótipo como a principal estratégia discursiva do colonialismo que produz tanto o colonizado como o colonizador. BHABHA (1998, p.126) entende que:

O ato de estereotipar não é o estabelecimento de uma falsa imagem que se torna o bode expiatório de práticas discriminatórias. É um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, sobredeterminação, culpa, agressividade, o mascaramento e cisão de saberes "oficiais" e fantasmáticos para construir as posicionalidades e oposicionalidades do discurso racista.

Com base nos desdobramentos acerca do estereótipo do corpo negro, adentramos no contexto da pesquisa em que há essa visão em relação aos estudantes internacionais na UNILAB e no imaginário social do Maciço. Essa questão também é apontada por Borges e Melo (s/d) no artigo *Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social*, ao citar Butler (1999), onde a autora traz a importância da linguagem, especificamente dos atos de fala, para a construção de gênero que ocorre por meio da repetição. Segundo a autora é pela repetição que se define e se 'naturaliza' que uma menina deve usar rosa e o menino, azul. Da mesma forma, é pela repetição que se definem os espaços, os comportamentos, as estéticas possíveis e 'esperadas' das pessoas negras e das pessoas não negras. As autoras supracitadas afirmam que é pelo discurso que construímos as práticas sociais, legitimamos certas vidas, deslegitimamos outras, elegemos ou contestamos certas naturalizações da posição/colocação social de alguns corpos e de saberes hegemônicos, legitimamos certas existências de umas pessoas em detrimento às existências de outras. Seguindo essa visão estereotipada acerca de homens negros, Hooks (2004, 1992) entende que a noção de cissiparidade, destacando a ambiguidade e a ambivalência no comportamento de negros em contexto colonial e sob a égide do próprio poder colonial é próxima de algumas

análises do feminismo negro sobre as maneiras como os processos de socialização são vividos por muitos homens negros, sobre os quais instilam a associação entre politização racial e comportamento “raivoso”, virulento e ingênuo. Em outras palavras, ela diz que, virilidade, hipermasculinidade, truculência, hipersexualização e antiintelectualismo obscurantista têm sido apontados como comportamentos socialmente autorizados impressos em um modelo de homem negro agressivo, materialista e incapaz que é divulgado na sociedade em geral como um modelo comum legítimo e naturalizado.

No livro *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis, escrito em 1981, precisamente no seu capítulo 11 intitulado *Estupro, racismo e o Mito do estuprador Negro*, a autora vem mostrar que consideravelmente poucos os homens brancos são processados pela violência sexual que cometeram contra essas mulheres. Segundo ela embora estupradores raramente sejam levados à justiça, a acusação de estupro tem sido indiscriminadamente dirigida aos homens negros, tanto os culpados quanto os inocentes. Por isso, dos 455 homens condenados por estupro que foram executados entre 1930 e 1967, 405 eram negros. O que nos faz refletir ou se questiona o motivo de tantos negros e poucos brancos acusados e executados. Levando-nos a pensar essa questão no que Bhabha (1998) fala que o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre "no lugar", já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido... como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso. Ou seja, não existe uma busca por provas de inocência, já ficou “naturalizado” que o negro africano está apto a estuprar e/ ou abusar mulheres brancas. O mesmo autor já mencionado anteriormente entende que esse pensamento formado e compartilhado entre brancos sobre o negro, garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilístico e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente. Para o autor essa reprodução é uma das estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório - seja racista ou sexista, periférico ou metropolitano - está ainda por ser mapeada.

Essa classificação do homem negro é defendida por vários teóricos racistas como Davis (s/d) cita que Firioristone transpõe a teoria freudiana do complexo de Édipo para termos raciais, onde ele insinua que os homens negros nutrem um incontrolável desejo de manter relações sexuais com as mulheres brancas. Eles querem matar o pai e dormir com a mãe. Seguindo este pensamento onde fala que para “ser um homem”, o homem negro deve

desatar-se desse laço com a fêmea branca, relacionando-se com ela, caso necessário, apenas de modo a degradá-la; em razão de seu ódio virulento e do ciúme daquele que a possui (o homem branco), ele pode cobiçá-la como coisa a ser conquistada a fim de se vingar do homem branco. A autora lamenta uma dolorosa ironia que algumas teóricas antiestupro que ignoram o papel instigador desempenhado pelo racismo e não hesitem em argumentar que os homens de minorias étnicas são especialmente propensos a cometer violência sexual contra mulheres. Davis menciona o impressionante estudo sobre estupro de Susan Brownmiller, onde alega que a opressão histórica dos homens negros afastou deles muitas das manifestações “legítimas” da supremacia masculina. Pensamento esse compartilhado também por outras autoras. De acordo com Jean MacKellar, em seu livro *Rape: The Bait and the Trap* [Estupro: a isca e a armadilha], relata que “os negros criados na vida difícil do gueto aprendem que podem conseguir o que querem somente se apoderando daquilo”. A violência é a regra no jogo pela sobrevivência. As mulheres são a presa autêntica: para obter uma mulher é preciso dominá-la. Para Bell Hooks (2004) esses posicionamentos radicais anti-homem que localizam homens negros, pobres e pouco-escolarizados no mesmo lugar que homens brancos de classe média e ricos, definindo-os do mesmo modo como os “inimigos”, os “opressores” e os “misóginos” silenciam sobre o lugar social quase similar que suas defensoras ocupam, muitas vezes, ao lado dos segundos. Ou seja, esse tipo de teoria acaba por fazer uma generalização o que implica nessa conhecida estereotipização e criminalização de todos os homens negros.

Davis (s/d) indaga se alguns homens negros enxergam o estupro de mulheres brancas como um ato de vingança ou uma manifestação justificável de hostilidade contra os brancos, penso que seria igualmente realista que as mulheres brancas tivessem menos confiança nos homens negros do que muitas delas têm.

Davis (s/d) afirma que o mito do estuprador negro continua a levar a cabo o pérfido trabalho da ideologia racista. Segundo ela, deve ser responsável por grande parte do fracasso da maioria das teóricas antiestupro na busca da identidade do enorme número de estupradores anônimos, que seguem sem denúncia, julgamento e condenação. Ela diz que enquanto suas análises focarem em acusados de estupro que são denunciados e presos – portanto, apenas uma fração dos estupros de fato cometidos –, os homens negros (e outros homens de minorias étnicas) serão inevitavelmente vistos como os vilões responsáveis pela atual epidemia de violência sexual. Ribeiro *Apud* BELL HOOKS, 2004) reitera que o destaque dado ao falocentrismo como ideal de comportamento entre homens negros e na análise sobre masculinidades acaba por negar um conjunto de dores, sofrimentos e vulnerabilidades nesses homens. Ribeiro (s/d) diz que esta crítica está presente em autores que, como hooks, passam a

discutir o que chamam de reconstrução, isto é, uma abordagem que se preocupa tanto com a percepção e análise acerca das masculinidades negras, como também sobre os reflexos práticos de um modelo de socialização que naturaliza a divulgação de um tipo ideal de homem negro como essencialmente falocêntrico, violento e patriarcal que incide na própria auto - percepção dos envolvidos. Assim como Hooks, Souza (2017, *Apud* SOUZA, 2013) diz que a interdição dos recursos vitais para a formação de uma masculinidade sólida, saudáveis e politizadas, é um dos pontos cruciais para a manutenção do status e prestígio da masculinidade hegemônica, o despojamento dos atributos de poder das outras masculinidades faz parte da falomaquia, deste modo, tanto a violência física como a simbólica, se tornam ações e estratégias indispensáveis para a manutenção dos homens negros em uma posição de subalternidade. Seguindo essa linha de racionalidade sobre masculinidade negra, Ribeiro (s/d *Apud* AWKWARD, 2001; HOOKS, 2004) afirmam que na medida em que esta socialização entre jovens concebe uma masculinidade negra hegemônica por meio de estereótipos marcados pela exacerbação físico-genital e incompletude intelectual, é a mobilização de tais traços como imanentes dessas masculinidades em uma psicologia coletiva que deve causar preocupação, pois estes traços acabam se tornando “ficções e definições sociais prevaletentes sobre as masculinidades negras” .

Davis no seu livro *Mulheres, Raça e Classe* informa que nas linhas iniciais do movimento antiestupro contemporâneo, poucas teóricas feministas analisaram com seriedade as circunstâncias particulares envolvendo as mulheres negras na condição de vítimas de estupro. Em decorrência ao nó histórico que ata as mulheres negras (sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos) aos homens negros (mutilados e assassinados devido à manipulação racista das acusações de estupro). A autora diz que o fato de as mulheres negras não terem se juntado em massa ao movimento antiestupro não significa, portanto, que se opusessem a medidas gerais de combate ao estupro; antes do fim do século XIX, mulheres negras são pioneiras do movimento associativo orquestraram um dos primeiros protestos públicos organizados contra o abuso sexual. Sua tradição de oitenta anos na luta organizada contra o estupro reflete como as mulheres negras têm sofrido de modo amplo e exagerado, a ameaça de violência sexual. Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuiriam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. A mulher negra sempre foi posta a um lugar subalterno. Souza (2017) diz que mulher “branca” foi feita pra casar: seu útero (e sua pureza) serve para manter a espécie (diferentemente da mulher “mestiça” que tem a função de branquear através do contato com o

macho “branco” superior) e nessa medida tal relação (a do homem “negro” com a mulher “branca”) somente seria possível através do casamento (nunca do concubinato), que por sua vez supõe uma rede de reciprocidade de bens e status. Algo que ameaçaria, necessariamente, o domínio masculino “branco” e, como dito, a própria estrutura de dominação social e econômica.

A partir dessas visões subalternizadas das mulheres negras os estudos feministas das mesmas traz uma visão que vai além da mulher negra (intencionalidade), trabalha as opressões que tanto homens e mulheres negras sofrem.

Na visão de Angela Davis, o estupro é um dos sintomas mais evidentes de desintegração social, a estratégia do movimento contra o estupro deve ser também a luta contra o racismo, em sua análise, a violência sexual é uma das facetas de uma profunda crise do capitalismo. Como lado violento do sexismo, a ameaça do estupro persistirá enquanto a opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser uma muleta essencial para o capitalismo. Ela cita Douglass onde o mesmo argumenta que ao dirigir as acusações de estupro aos homens negros como um todo não era aceitável, simplesmente porque isso indicava uma mudança radical e instantânea do caráter mental e moral do povo negro: “A história não apresenta um exemplo de transformação tão extrema, tão artificial e tão completa no caráter de nenhuma classe de homens como essa acusação pressupõe. A mudança é grande demais e em um tempo muito curto”. Desse modo seguindo a ideia de Angela Davis e trazendo para o nosso contexto da UNILAB é extremamente vago e discriminatório restringir a questão dos abusos sexuais somente aos estudantes homens internacionais.

5.3 Interculturalidade no contexto da UNILAB

A lei de criação da UNILAB mostra que a mesma tem como uma missão institucional de integração internacional na perspectiva da cooperação Sul-Sul. Tendo em vista que a universidade se pauta em uma cooperação política entre os países que a compõem, ela não tem uma política efetiva de cunho social que envolva a multiculturalidade que nela existe; deixando a entender que ela nunca se pautou por uma interculturalidade.

De acordo com Fleuri (2005), o conceito de interculturalidade é usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos. O

termo ganhou maior amplitude quando passou a referir-se também às práticas culturais e políticas públicas. O mesmo autor afirma que este termo diferencia-se da multiculturalidade, que indica apenas a coexistência de diversos grupos culturais na mesma sociedade sem apontar para uma política de convivência.

Visando que a palavra interculturalidade não consta nas leis de diretrizes da UNILAB, assim como na convivência entre os estudantes, dá-nos a entender que falta dela provoca conflitos relacionais, entre pessoas e grupos que podem conduzir a violência, opressões e rupturas, como afirma Genovese e Vieira (2016).

Ao tratarmos de interculturalidade nos referimos ao contato entre pessoas de culturas distintas, de universos simbólicos compartilhados, cujo termo assinala uma dimensão de interação, como aponta Demorgon (1999). Os estudos interculturais mostram que o contato entre culturas é antes fator de conflito do que de sinergia (HOFSTED, 1997). Como lembra Dibbits (2010), todos os processos de interação social que envolve diferentes sistemas de crenças estão sujeitos a fricções.

De acordo com María Laura Méndez (2013) ressalta que, para pensar a interculturalidade, temos que sair da lógica de um e nos situar na lógica múltívoca, a qual pressupõe multiplicidade e devir, e dentro da qual não podem ser feitas totalizações. A autora concebe toda construção intercultural como uma situação em que a combinação dos elementos é inesperada e complexa. O conceito representa um diálogo em imanência, em paridade, um diálogo de confiança, criando uma estética de muitas vozes que falam e conversam, se sucedem, se contradizem e, às vezes, também se interrompem.

Todavia para Weissmann (2018), a interculturalidade não pode propor que uma cultura seja superior à outra, apenas diferentes, em diálogo e em situação. Seria imperioso transitar pela descolonização, para conseguirmos deixar a pluralidade de culturas em paridade, em interculturalidade.

Com isso, Canclini (2004) salienta que a interculturalidade remete à confrontação e entrelaçamentos, porque se trata de grupos entrando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de negociação, conflito e empréstimo recíproco, respeitando as disparidades. A interculturalidade nos permite tornar mais complexas as situações, dentre as quais as teorias da diferença têm que se articular com as concepções da interculturalidade, entendendo interação como desigual, conexão/desconexão, inclusão/exclusão.

Sendo assim, dar-se á entender que essa falta políticas de interculturalidade pode estar ligada a esses “casos” de violência sexual entre discentes da UNILAB.

6 METODOLOGIA

A presente proposta de pesquisa recorrerá a uma abordagem de estudo de caso que pode fornecer, não só uma compreensão do fenômeno local como também irá recorrer ao método qualitativo, uma vez que a pesquisa se propõe a compreender as peculiaridades que diversos atores que desencadeiam a questão da integração na UNILAB tendo como foco as narrativas de estupros e os corpos afetados pela mesma.

Quanto à técnica de análise de dados, durante a pesquisa será aplicada as seguintes técnicas: Técnicas e instrumentos de recolha de dados, métodos qualitativos, pesquisa de terreno, entrevistas, histórias de vida, população alvo e amostra, questões éticas da pesquisa, pois segundo Jorge Dias (1990, p.111) a investigação repetida de estudo de caso de grupos e/ou comunidade mas representativa duma certa região não é só importante em si como no processo de conhecimento de uma as vertentes universais da vida social mas também como ponto de partida para o estudo de sociedades das mais vastas e complexas.

Para Moresi (2003) a pesquisa qualitativa revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Ela também determina quais ideias geram uma forte reação emocional. Além disso, é especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias.

Técnicas e instrumentos de recolha de dados.

Para recolha de dados iremos recorrer à pesquisa de estudos de caso, pesquisa de terreno, entrevistas e histórias de vida que constituem técnicas alargadas de recolha de informações que implica a análise sistemática e intensiva de indivíduos, grupos, comunidades ou de fenômenos sociais e culturais específicos. Segundo Jorge Dias (1990, p.111) estudos de caso de grupos e/ou comunidade mais representativa duma certa região não é só importante em si como no processo de conhecimento de uma das vertentes universais da vida social, mas também como ponto de partida para o estudo de sociedade mais vastas e complexas.

Métodos qualitativos

A presente proposta de pesquisa recorrerá a uma abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa propõe a compreender as peculiaridades que diversos atores desencadeiam no processo de traumas e memórias sobre estupros e corpos afetadas pela “integração” na

UNILAB, sustentando-se nas proposições de Richardson (1999), ao explicar que este método aprofunda a compreensão das relações humanas e nas frequências e condições de determinadas situações sociais, bem como por Selltitz (1967, p.273), ao mostrar que abordagem qualitativa, de modo a concretizar os objetivos pré-definidos, “descreve a complexidade do problema, analisa a interação de certas variáveis, compreender e classifica o processo dinâmico vivido pelos grupos sociais, para além de possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento de certos autores em questão”. Porém, apesar da pesquisa predominante qualitativa, também faz recurso ao método qualitativo, pois a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Pesquisa de terreno

Os termos pesquisa de terreno ou trabalho de campo tem sido alvo de uma certa ambiguidade conceptual evidente nas diferentes definições e designações adotadas nos manuais de sociologia e de investigação em ciências sociais. Assim, Deshaies (1997) utiliza os conceitos pesquisa de terreno e observação participante como métodos de pesquisa sinónimo, Robertson (1989) substitui o conceito pesquisa de terreno por estudo de caso, definindo-o como o método mais utilizado na investigação social empírica. Por outro lado, Quivy e Campenhoudt (1989) não definem pesquisa de terreno de por si, oferecendo alternativamente um panorama conceptual mais onde a pesquisa empírica é caracterizada por vários dispositivos metodológicos que são utilizados na recolha de informação.

Com isso, achamos pertinente trabalhar com a técnica de pesquisa de terreno considerando que ela nos permitirá uma observação constante do objeto de pesquisa que vai objetificar o processo de análise onde os pressupostos teóricos são permanentemente contrastados com os fenómenos observados e com a interpretação analítica que faremos dos mesmos.

Seguidamente serão desenvolvidas algumas das técnicas de recolha de informação, mas utilizadas no trabalho de campo: entrevistas, histórias de vida, população alvo e amostra, questões éticas da pesquisa, onde serão considerados como técnicas alargadas de pesquisa uma vez que poderão englobar algumas das outras técnicas acima mencionadas.

Entrevista

A entrevista tem como objetivo a recolha de informações através do estabelecimento de uma relação direta entre o investigador e o interlocutor. A entrevista, ao contrário do questionário, caracteriza-se por uma maior flexibilidade na abordagem de um assunto. A entrevista exploratória tem como principal objetivo fornecer ideias e pistas de reflexão e de abordagem sobre o estudo que se pretende realizar. Constitui deste modo, uma tentativa de exploração de hipóteses de trabalho e de descobrir novas formas de equacionar o objeto de estudo.

Também, achamos pertinente trazer a técnica da entrevista porque será nesta fase em que nós enquanto pesquisadores iremos colocar o mínimo possível de perguntas procurando o entrevistado se expresse livremente sobre o assunto proposto. Torna-se, igualmente, importante que nós enquanto entrevistador se abstenha de expressar a sua opinião, uma vez que tal poderia induzir o entrevistado a enviesar as informações fornecidas ou fazer comentários que julgasse serem os mais corretos para nós enquanto pesquisadores.

Assim sendo, após essa fase exploratória, deteremos um conjunto de dados que nos permitirá delimitar o campo de análise e problematizar o nosso objeto de estudo de uma forma mais concreta. Deste modo, as informações obtidas através de entrevistas exploratórias condicionaram o tipo de entrevistas adoptar numa fase posterior da investigação.

Histórias de Vida.

Como técnica de pesquisa empírica, a história de vida é particularmente valiosa para a análise das motivações valores e atitudes dos indivíduos. Por isso, trazemos a técnica de pesquisa designada por histórias de vida que consiste na recolha de material biográfico de pessoas intencionalmente escolhidas pela relevância, pertinência e representatividade do seu percurso vivencial relativamente para o nosso estudo, pois a informação será obtida através dos depoimentos dos próprios indivíduos, de cartas publicadas e outro material autobiográfico.

A Partir disso, ao fim da escuta, todo material é transcrito e discutido entre o sujeito participante e nós enquanto pesquisador, que a partir de então, nos fara um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que nos ajudaram a tentar responder nossas questões de pesquisa.

População alvo e amostra

A população alvo compreende todos intervenientes no processo de traumas e memórias sobre estupro e corpos afetadas pela “integração” na UNILAB nomeadamente: corpos envolvidos e não envolvidos no processo.

A seleção dos respondentes irá se realizar com base na amostragem não probabilística intencional ou por conveniência, apoiando-se no argumento de Selltiz (1974, p.321), que considera este tipo de amostra como sendo “ uma estratégia adequada em que são escolhidos casos que representam, exemplo, o bom ou mau julgamento da população sob um determinado aspecto.

Questões éticas da pesquisa

Segundo o dicionário Houasis da língua portuguesa (HOUASIS, VILLAR & FRANCO, 2001, p.445) a palavra ética significa “parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social. Para Glock e Goldim (2003), a ética e o estudo geral do que é bom e o que é mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Assim, a presente pesquisa será desenvolvida em colaboração entre corpos envolvidos e não envolvidos, de modo a salvaguardar questões éticas dos entrevistados visara garantir o anonimato, respeito e honestidade, negociação e autenticidade. Tratando-se de episódios traumáticos, estupro, acusações de estupro e levantamento de memórias que trazem à tona episódios de rixas entre a comunidade dos internacionais e a dos nacionais (as rixas envolveram outros atores além dos mencionados), se notarmos que existe a necessidade de um lugar de escuta mais qualificado para dar conta destes traumas, podemos solicitar apoio da UNILAB para que o psicólogo, com a permissão dos traumatizados, acompanhe caso por caso.

7. CRONOGRAMA

Atividades / Etapas

	Ma	Abr	Mai	Jul	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ja	Fev
1) Escolha do tema	X											
2) Revisão bibliográfica / Fichamento		X	X	X								
3) Elaboração do projeto						X	X	X	X	X	X	
4) Apresentação do projeto												X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E.P, PINTO, J.M. A investigação nas ciências sociais. 3 edição.presença, 1991, 163p. (cap.3).

ADORNO, Theodor W. Posição do Narrador no Romance Contemporâneo Trad.: Jorge de Almeida. In: Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003.

ANGHINETT, Heliane. A construção do estupro como problema social. **Rev Med Minas Gerais**, Belo Horizonte, p.112-117, 2016.

BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMJ, 1998. p. 105-128.

BORGES, Roberto Carlos S. MELO, Glenda Cristina V. Quando raça e gênero estão em questão: embates discursivos em redes sociais. **Estudos feministas**. Florianópolis. p. 1-13.

CARDOSO, Lourenço. “Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista”. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp. 607-630

CERQUEIRA, Daniel, COELHO, Danilo e FERREIRA ,Helder. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. **Revista bras.segur.pública**, 2017 , SP. Vol 11,n 1,p. 24-48.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]. (cap.11).

ENGEL, Cíntia Liara. AS ATUALIZAÇÕES E A PERSISTÊNCIA DA CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**, Rio de Janeiro, p.7-28, 2017.

FALCÃO, Maurin Almeida. A teoria do fato social em Durkheim e os elementos de conexão para uma análise sociológica do tributo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, 2012, p.39-51. 49 N. 196 Out./dez.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

GENOVESE, Antônio; VIEIRA, Inês. **Interculturalidade e reflexão pedagógica em contexto de mudança social - Entrevista a Antonio Genovese**. Fórum sociológico [online], 28/ 2016, posto online no dia 31 de dezembro de 2016, consultado aos 18 de janeiro de 2020. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/1373> ; DOI : 10.4000/sociologico.1373.

MENESES, Maria Paula. **Questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir das práticas de luta?** 2017.

MESSEDER, Suely Aldir. A construção do sexo do homem negro na diáspora: um estudo sobre as relações de desejo nas masculinidades de varões migrantes na Espanha. **Fazendo gênero 9: diáspora, diversidade, deslocamento**. 2010, p.1-11

MOUTINHO, Laura. Diferença e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: **Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e Perspectivas**. 2014, p. 201-2048.

MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. Rio de Janeiro, 2004, p. 55-88

RIBEIRO, Alan Augusto M. Homens negros, negro homem: para discutir masculinidades negras na escola.

WEISSMANN, Lisett. Multiculturalidade, transculturalidade interculturalidade. *Construção psicopedagógica*. Constr. psicopedag. vol.26 no.27 São Paulo 2018, versão impressa ISSN 1415-6954 versão On-line ISSN 2175-3474.

SOUZA, Flávia; DREZETT, Jefferson e RAMOSA, Denise. Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, SP, Brasil Laboratório de Escrita Científica e Delineamento de Estudos da Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP, Brasil Núcleo de Violência Sexual e Aborto Legal do Hospital Pérola Byington, SP, Brasil. 2013; 27 (3):p.99-103.

SOUZA, Henrique R. Lá vem o negão: discursos e estereótipos sexuais sobre os homens negros. **Seminário internacional fazendo gênero**. Florianópolis, 2017, p. 1-12. ISSN 2179-510X.

UNILAB. Integração Internacional: disponível em unilab.edu.br/nosso-diferencial-de-integracao-internacional/, acesso em : 15.08.2019 às 17 hrs e 50 min

VASCONCELOS, Luciana Machado. Mais definições em trânsito. Interculturalidade. disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/interculturalidade.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro 2020.

Vilhena, Junia & Zamora, Maria. (2005). Além do Ato. Os transbordamentos do estupro..
Revista Rio de Janeiro.